



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
Rua Jorge Dumar, 1703 , - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - [www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br)

## RELATÓRIO

### **Reunião virtual da CGPEAD**

**Data:13/08/2026, de 09 às 11h30**

A reunião teve como foco principal a organização da apresentação do Plano Setorial da comissão aos diretores-gerais, marcada para o dia seguinte, e o alinhamento das ações prioritárias relacionadas à implementação da política institucional de prevenção e enfrentamento ao assédio e às discriminações. Estiveram presentes Edson Vieira, Lilian Coelho, Moiza Sibéria, Antônio Alencar, Cláudia Monteiro, Juliana Rodrigues, Cristiane Sousa, Ana Lúcia de Oliveira, Renata Nágela e Felipe Santiago.

No início, foram feitos informes gerais sobre a chegada dos participantes, confirmações de presença e tentativas de contato com pessoas convidadas que ainda não haviam confirmado participação. Também foram comunicadas ausências justificadas e afastamentos temporários de alguns membros, como licença capacitação e situações familiares ou profissionais que impediram a participação de determinadas pessoas no momento da reunião.

Em seguida, a comissão passou a contextualizar a pauta central, destacando que a reunião com os diretores-gerais teria como objetivo apresentar, de forma breve e objetiva, a estrutura da política, o papel da comissão e os principais pontos do Plano Setorial. Foi reforçado que a exposição deveria ser clara, acessível e sem excesso de tecnicismo, para que os gestores compreendessem com facilidade a importância da pauta e a necessidade de apoio institucional para a execução das ações previstas.

Um dos temas mais debatidos foi a necessidade de preparação do Protocolo de Acolhimento, considerado uma demanda urgente e prioritária. A comissão destacou que o acolhimento é a porta de entrada para todo o processo de cuidado, escuta e encaminhamento de casos, e que, por isso, precisa ser estruturado com cuidado, de modo a funcionar de forma minimamente padronizada em toda a instituição. Foi ressaltado que a elaboração desse protocolo exigirá a composição de uma comissão específica e a participação de profissionais de áreas estratégicas, como Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.

Ao longo da discussão, ficou evidente a preocupação com as limitações estruturais dos *campi*. Foram mencionadas dificuldades como número reduzido de servidores, ausência ou insuficiência de equipes técnicas especializadas, falta de espaços adequados para atendimento e sobrecarga dos setores já existentes. Diante disso, a comissão convergiu para a ideia de que a implementação da política precisa ocorrer de maneira colaborativa, com o envolvimento direto das direções-gerais e dos setores locais, especialmente no que diz respeito à disponibilização de espaço, apoio institucional e definição de fluxos internos.

Outro ponto debatido foi a participação discente na comissão. Houve discussão sobre a forma de escolha de representantes estudantis, com questionamentos sobre critérios de indicação, representação e legitimidade. Também foi tratada a

necessidade de formalizar a continuidade ou não da participação do estudante atualmente indicado, por meio de e-mail institucional, de forma a registrar claramente o interesse em permanecer ou se afastar das atividades da comissão. A comissão reconheceu ainda que a presença estudantil é estratégica, pois contribui para ampliar o olhar sobre as situações vivenciadas pelos alunos e fortalecer a representatividade da política.

A reunião também fez um resgate do histórico de construção da política institucional. Foi explicado que o documento passou por um processo longo, com diversas etapas de elaboração, revisão e adequação jurídica. Houve menção à comissão inicial responsável pelo texto, aos momentos de formação e estudo da temática, à incorporação de legislações posteriores, à tramitação junto à Procuradoria, à consulta pública e às alterações feitas ao longo do processo até a aprovação final. Esse resgate serviu para mostrar que a política não foi construída de forma isolada, mas por meio de um processo coletivo, complexo e institucionalmente legitimado.

Em outro momento, foi discutida a questão da divulgação das ações da comissão. Foi informado que um vídeo institucional gravado anteriormente apresentava um erro de edição no final, o que exigiria correção ou, se necessário, regravação de parte do material. A equipe de comunicação ficou responsável por avaliar a viabilidade técnica dessa correção. Também foi sugerido que, após a revisão, o material seja utilizado não apenas em e-mails e publicações institucionais, mas também em espaços audiovisuais dos *campi*, como televisores em refeitórios e áreas de circulação, de modo a ampliar o alcance da informação junto à comunidade acadêmica.

A comissão discutiu ainda a estratégia de divulgação do futuro lançamento da campanha e do Plano Setorial. Foi ressaltado que o período de defeso impõe restrições à comunicação institucional, motivo pelo qual o lançamento deve ser planejado com cautela. Sugeriu-se que a ação ocorra em novembro, em um momento mais favorável do calendário institucional, antes do período de maior dispersão da comunidade acadêmica. Também foi considerado importante definir a melhor forma de envolver diretores, autoridades e possíveis convidados externos, caso isso seja oportuno para dar visibilidade ao trabalho realizado.

Na sequência, foram definidos encaminhamentos mais objetivos para o avanço dos trabalhos. Entre eles, destacam-se:

- estruturação da apresentação para os diretores-gerais com uma fala inicial sobre o marco legal e a relevância da política;
- apresentação resumida do Plano Setorial, com foco nos eixos e prioridades;
- abertura de espaço para dúvidas e contribuições dos gestores;
- formalização da participação discente;
- realização de reunião interna da comissão do Protocolo de Acolhimento na segunda-feira;
- análise de material já elaborado sobre fluxos de acolhimento;
- retomada da articulação com a equipe de comunicação para correção e divulgação do vídeo institucional;
- organização preliminar do lançamento da campanha e do plano para novembro.

De forma geral, a reunião foi marcada por um tom colaborativo e propositivo. Houve consenso de que a comissão precisa atuar em diálogo constante com os *campi* e com a gestão superior, de modo a garantir que a política avance de forma concreta,

ainda que em meio às limitações estruturais existentes. Também ficou evidente que o grupo busca construir soluções práticas, respeitando as especificidades institucionais e priorizando ações factíveis, sobretudo no que se refere ao acolhimento, à formação de redes de apoio e à sensibilização dos gestores.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Oliveira Araujo, Psicóloga**, em 01/09/2026, às 09:35, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Nagela Lima Barros Guedes, Membro da Comissão**, em 01/09/2026, às 10:32, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Freitas Coelho, Membro da Comissão**, em 01/09/2026, às 17:39, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Luisa Monteiro da Rocha, Membro da Comissão**, em 03/09/2026, às 10:53, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Rodrigues Holanda, Membro da Comissão**, em 03/09/2026, às 10:57, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Vieira de Paula Junior, Membro da Comissão**, em 12/09/2026, às 17:53, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **9171803** e o código CRC **880E2448**.